



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RONDONÓPOLIS
QUARTA VARA CÍVEL

714930 - 2012 \ 730.

Tipo de Ação: Procedimento Ordinário->procedimento de Conhecimento->processo de Conhecim

Requerente: Cirlene Rodrigues da Silva Souza (Mais Autores)

Advogado: Danilo Amaral de Freitas

Advogado: Rafael Rodrigues Soares

Requerido(a): Paulo (Mais 1 Réu)

Advogado: Mônica Balbino Cajango - Defensora

Vistos e examinados.

Face o teor da certidão de fls. 175, com fulcro no disposto no artigo 875 do CPC, determino que se iniciem os atos de expropriação do bem.

Nos termos dos artigos 879 inciso II e 881 do CPC, a alienação do bem penhorado deverá ser feita em leilão judicial eletrônico.

Ante o teor do artigo 883 do CPC, nomeio leiloeiro público PAULO MARCUS BRASIL devidamente credenciado no órgão judicial, que deverá cumprir todas as incumbências que lhe são impostas pelo artigo 884.

Intime-o da nomeação, e para as providências do artigo 884 do CPC, observando as disposições dos artigos 886 e 887e todas as demais concernentes à realização do ato, inclusive aquelas previstas no Decreto n° 21.981/32.

Fixo a comissão de corretagem do leiloeiro no valor correspondente a 5% do preço da venda.

Consoante no disposto no §1° do mencionado dispositivo de lei, bem como no artigo 885, fixo o prazo de 60 (sessenta) dias para a alienação ser efetivada; a forma de publicação deverá ser a mais ampla possível (editais, jornais, sites, etc); o preço mínimo deverá ser o da avaliação em primeira praça, e o mínimo de 50% da avaliação em segunda praça; o pagamento poderá ser feito de forma parcelada, com prestação de garantias reais.

Observe-se, o leiloeiro, eventuais disposições complementares editadas pelo E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, acerca do procedimento da alienação prevista no artigo 897 (§3°), bem como as garantias processuais das partes, de acordo com regulamentação específica do Conselho Nacional de Justiça (art. 882, §1°).